



Ilustração para "Pau Brasil"

Tarila
1925.

Posfácio digressivo

Sergio Miceli

A

embolada de efemérides em 2022 acirra o embate entre interpretações, dando a ver os arrazoados de arbítrio em torno da definição legítima do episódio – por exemplo, a Independência do país (1822), a Semana de Arte Moderna (1922) –, bem como dos impactos na sociedade e na cultura brasileira. Os textos aqui reunidos esmiúçam a cronologia, os protagonistas, os grupos de interesse, os diagnósticos de sucessivas gerações da inteligência nativa, os teores ideológicos e doutrinários da “questão nacional”, a escravidão, ora enfeixando tais variáveis na montagem do teatro político, ora interrogando a sequência 1822-1922-2022 no intento de desvelar rupturas e continuidades, ora tematizando a valência do desígnio regional nos prumos de hegemonia em matéria política e cultural.

Sendo descabido comentar os textos em separado, preferi tematizar tópicos cru-

ciais aí acionados, cada um a seu modo, em geral modulando a história política na viseira da história intelectual. Em meio às transformações desencadeadas pelas invasões napoleônicas, o primeiro deles explora o caráter *sui generis* do experimento brasileiro *vis-à-vis* o processo segmentado de independência das repúblicas hispano-americanas, mirando em especial os países do Prata, temática no mais das vezes relegada pela historiografia brasileira. Os contrastes entre o caso brasileiro e seus vizinhos evidenciam o âmbito dilatado de autonomia em que operava o estamento nativo, instigado ao desafio de garantir a integridade territorial de um domínio gigantesco, mas também dão a ver os conflitos de interesses e os móveis de luta perseguidos pelos países litigantes em torno de disputas territoriais, da exploração de oportunidades econômicas

SERGIO MICELI é professor titular do Departamento de Sociologia da FFLCH/USP e autor de, entre outros, *Vanguardas em retrocesso* (Companhia das Letras).

– por exemplo, o controle de navegação nos rios do Prata –, de empenhos em dilatar a soberania política, inclusive pelo recurso à força militar.

Em vez de assentir à doxa prevalecente sobre as causas responsáveis pela fragmentação na América hispânica e pela preservação da unidade na ex-colônia lusa, desvelar os padrões desconhecidos do feitiço territorial, sem perder de vista os liames a enredar os países beligerantes na escalada de turbulências, no propósito de viabilizar pleitos de expansão e de domínio. Insisto na visada comparativa em contraponto à narrativa autárquica com foco na singularidade de nosso processo de Independência. A despeito das particularidades inegáveis a definir o caso brasileiro, o escrutínio em conjunto dos países do Prata – Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai – permite correlacionar certos trâmites compartilhados em contenciosos que, em medida variável, contribuíram a modelar a soberania política alcançada, penosamente, pelas ex-colônias de Portugal e Espanha. Cumpre apreender as circunstâncias diferenciadas do itinerário rumo à autonomia consoante a morfologia dos grupos dirigentes à testa da insurgência, os principais beneficiários cujas investidas e desígnios tinham de se haver com os óbices interpostos pelas potências europeias, bem como pela resistência movida por lideranças regionais transgressoras – caudilhos de toda sorte –, aferradas em barganhar interesses no bojo do regime emergente.

A título de esquete mnemônico, basta atentar ao imbróglio insanável envolvendo os países do Prata, desde os primórdios de avanço rumo à ruptura com as anti-

gas metrópoles, passando pelas décadas excruciantes – 1810, 1820 e 1830 – em que se firmou o *status* de alforria, até a persistência das lutas acirrando a disputa pela supremacia na região, que desaguararam, no sufoco, na guerra da Tríplice Aliança em 1864.

Cada país em contenda se defrontou com pendências internas e externas, cujas escaramuças e desfechos foram moldando o perfil do ente nacional: a Argentina da elite *criolla* a respaldar Rosas a braços com os caudilhos das províncias renitentes à supremacia portenha; o Uruguai de Artigas prensado entre o cerco de Buenos Aires e a invasão portuguesa; aliado à parcela expressiva do patriciado uruguaio e ao caudilho Urquiza, o Brasil invadiu a Argentina e derrotou Rosas em Monte Caseros. O tumulto prevalecente nas repúblicas hispânicas pesou de fato, e também no imaginário da época, a garantir o predomínio das coordenadas concebidas pelo estamento brasileiro. O fantasma do desmonte nos vizinhos, associado às campanhas violentas dos caudilhos, era muita vez invocado a justificar o regime monárquico.

Em resumo, tais comentários enveredam pela visada de nosso processo de independência no contexto multilateral latino-americano, atenta à inserção convulsiva do Brasil de então nos conflitos do Prata, em meio aos quais cada protagonista, com *status* de emancipação recente, *sub judice*, vai testando os desígnios antagônicos, com base nos recursos ao alcance – econômicos, políticos, militares –, revidando ameaças, buscando dimensionar o cacife dos opositores, ao cabo logrando um percurso de soberania assentado nos ativos com liquidez, que acabam espelhados no

desenho da região no pós-Guerra do Paraguai. Em vez do viés politicista prevalente em relatos anedóticos do processo de independência latino-americano, a visada sociológica a mirar as elites à testa dos movimentos insurgentes que resguardaram lucros e vantagens.

Já as comemorações da Semana de Arte Moderna (1922) suscitaram controvérsias em torno da definição do Modernismo e, por tabela, da dianteira exercida pelo movimento paulista. Descarte liminar: parece-me disparatada a atenção por vezes concedida ao evento propriamente dito, cujos promotores e participantes se inscrevem no *modus operandi* do mecenato privado no estado. Resta desvelar as condições de gestação e de institucionalização do impulso renovador em São Paulo e em outros estados, eis o xadrez de incógnitas que alguns pretensos *experts* querem driblar. A história social, política e intelectual dos modernistas sucedeu no bojo da crise oligárquica disseminada, com feições próprias a depender das rixas entre as facções políticas e do arranjo de instâncias vigentes na cena cultural.

A fragmentação do estado-maior dos grupos dirigentes paulistas e a consequente amplitude do mercado de oportunidades de trabalho político e cultural, nos anos de 1920, fragilizaram o regime de reprodução autárquica confiado à nata de bacharéis em direito, que dispunham de credenciais e de trânsito em nichos de convívio da elite. Os litígios com mira em supremacia na cúpula situacionista mineira presidiram à socialização da turma de escritores e políticos do grupo Estrela, de pronto cooptados pelos maiores incumbidos de negociar os interesses do estado

junto ao governo federal. O caso gaúcho teria forçosamente de lidar com a centralidade da Editora Globo ao favorecer os arroubos da geração nascente de letrados.

O retrato coletivo do grupo Estrela revela os laços entre a moçada e o protetorado governamental, pela solda entre imprensa chapa-branca, partido único e chefia do Executivo estadual. Os modernistas paulistas se beneficiaram do mecenato exercido pelos potentados da burguesia; os mineiros operavam na capital carente de instâncias robustas de produção cultural e artística – jornais independentes, revistas ilustradas, editoras, mercado de arte. O recrutamento dos integrantes da frente modernista em São Paulo, a despeito do diferencial de cabedal e de trunfos nas alas do agito, sucedeu no âmbito de agremiações partidárias e culturais em disputa frontal pelo mando oligárquico; a trajetória funcional, política e intelectual dos rapazes do Estrela sempre esteve atrelada, desde a crise interna do perremismo até a queda do Estado Novo, aos ditames do oficialismo nos planos estadual e federal. A diferenciação acelerada do campo de atividades culturais em São Paulo, instigadas pelas iniciativas dos magnatas da imprensa, dos mandachuvas das agremiações partidárias e dos empresários do setor editorial, contrastava com a rarefação do alvoroço cultural em Belo Horizonte – como bem o demonstram os três números de *A Revista* –, o acanhamento das apostas editoriais e a labuta de praxe nos diários situacionistas.

Não se trata de enaltecer a experiência paulista ou de denegrir a cena literária no Rio de Janeiro, em Belo Horizonte, em Porto Alegre. A revista *Lanterna Verde*,

a poesia de Felipe d'Oliveira, os recados confessionais da revista *Festa*, os versos serelepes de Ronald de Carvalho, eis alguns sintomas de renovação no *stablishment* literário na capital do país, mostras de uma literatura na órbita de esquadros passadistas, a reboque de programas estéticos da Igreja católica, de expoentes no corpo diplomático, de letrados convivas em círculos endinheirados – instâncias intrusas na cena literária –, cujas balizas institucionais eram a Academia Brasileira de Letras, o Centro Dom Vital e a revista *A Ordem*, redutos de entranhado conservadorismo estético e ideológico.

O Modernismo paulista foi o único de fato a prosperar tanto na literatura como nas artes plásticas, inclusive abrindo espaço ao protagonismo de mulheres (as pintoras Anita Malfatti e Tarsila do Amaral, as artes decorativas de Regina Gomide) e de artistas estrangeiros (Lasar Segall, Victor Brecheret) que lograram se aclimatar à agenda nativa. O arrastão modernista arrebanhou escritores e artistas de variados credos estéticos e políticos, dos extremadamente conservadores – Cassiano Ricardo, Plínio Salgado, Guilherme de Almeida – aos arrojados em matéria de escrita e de *insights* sobre o país – Mário de Andrade e Oswald de Andrade –, tendo cumprido trajetórias arresgadas no tocante às relações com o mecenato privado, com o poder público, com as instâncias de reconhecimento, com as tradições de linguagem no interior do campo intelectual e artístico.

Não obstante, apenas o movimento paulista gestou uma liderança de estatura nacional, Mário de Andrade, o qual exerceu magistério tangível sobre o traba-

lho de jovens letrados em outros estados (Carlos Drummond de Andrade, Henriqueta Lisboa), de escritores veteranos (Manuel Bandeira, Alceu Amoroso Lima), de artistas (Anita Malfatti, Tarsila do Amaral, Cândido Portinari). Sua correspondência constitui o acervo documental incontornável à inteligibilidade da história do Modernismo, empreitada que elegeu interlocutores entre escritores, ensaístas, artistas, críticos, tradutores, cobrindo um naipe de figuras estratégicas na divisão do trabalho intelectual. Tal feito decerto espelha o grau de diferenciação institucional aí alcançado na cena intelectual da época, por conta da imprensa pujante, das iniciativas chanceladas pela fração de empresários culturais, a exemplo do grupo Mesquita, da turma de mecenas e colecionadores cuja fortuna pessoal lhes permitia financiar editoras, revistas, concertos (Sociedade de Cultura Artística), companhias de teatro e de ópera estrangeiras, festas e celebrações, bem como coadjuvar o erário público na concessão de viagens e bolsas de estudo.

Ao longo da década de 1920, tirante a cena fervescente na capital do país, apenas São Paulo dispunha de sistema azeitado de instâncias de produção e divulgação cultural – diários, revistas ilustradas, magazines literários, editoras, galerias de arte –, propiciando à geração de jovens com aspirações artísticas espaços e oportunidades à difusão de suas obras. A moçada do grupo Estrela repar-tia esforços entre a labuta na imprensa situacionista e os serviços como funcionários graduados em repartições, secretarias de Estado e junto à cúpula do governo estadual. É gritante o contraste entre a

movida febril na Pauliceia e a esqualidez da vida cultural em Belo Horizonte fora da órbita oficial.

No tocante à primazia conferida ao caso paulista, hoje na mira de resmungos e queixas paroquiais, cumpre ressaltar a vastidão e a riqueza da fortuna crítica e do acervo documental consagrados aos escritores e artistas do Modernismo local – teses, balanços e repertórios bibliográficos, edições fac-similares de periódicos literários, ensaios de autores prestigiosos, catálogos *raisonnés* (por exemplo, o de Tarsila do Amaral), exposições

retrospectivas, biografias e memórias, obras completas. O testemunho insigne da avalanche comemorativa consiste na avultada correspondência de Mário de Andrade, cujos manuscritos estão abrigados no Instituto de Estudos Brasileiros da USP. Sem dúvida, é forçoso admitir, tamanho aparato crítico derivou do trabalho orquestrado de divulgação e de promoção da legenda modernista no âmbito institucional a acadêmico, sem demérito do que sucedeu em outros estados cujos experimentos começam agora a ser investigados e interpretados.

